



AUDIÊNCIA PÚBLICA
1º. QUADRIMESTRE DE 2022

Execução **Orçamentária**

Parágrafo 4º. Artigo 9º. Lei
LRF101/2000

Artigo 180 – Lei Orgânica
Municipal

Controle Interno

EXERCÍCIO 2022

SUMÁRIO

Quadro I – Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação	02
Tabela I : Execução Orçamentária – janeiro a abril de 2021 e 2022	03
Tabela II: Composição das Receitas Arrecadadas – janeiro a abril 2022	04
Tabela III: Despesas por função de Governo – janeiro a abril 2022	05
Tabela IV: Demonst. Execução Despesa p/ cat. econômica e descrição – janeiro a abril 2022	06
Tabela V: Gastos com a Educação – acumulados até abril 2022	07
Tabela VI: Aplicação recursos do FUNDEB – acumulado até abril 2022	07
Tabela VII: Gastos com a Saúde – acumulados até abril 2022	08
Tabela VIII: Dos restos a pagar em 30.04.2022, referente a <u>2021</u>	08
Tabela IX: Demonstrativo resumido da Receita Corrente Líquida em 30.04.2022	09
Tabela X: Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal em 30.04.2022	09
Tabela XI: Demonstrativo da Receita, Despesa e Saldo Financeiro até 30.04.2022	10
Tabela XII: Disponibilidade Financeira em 30.04.2022	10
Tabela XIII: Demonstrativo dos Restos a Pagar – Processados em 30.04.2022	10
Tabela XIV: Acompanhamento do Repasse de Recurso para o Poder Legislativo Municipal	11
Conclusão:	11/12
Considerações Finais:	12/13

RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

1º QUADRIMESTRE DE 2022

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA - MG

1 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 1º. QUADRIMESTRE 2022 (quadros comparativos 2021/2022)

O presente relatório foi preparado com vistas ao cumprimento do §4º. do art. 9º. da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em Audiência Pública, até final dos meses de **maio**, setembro e fevereiro, na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e **municipais**.

Este documento tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura da cidade de Conquista no **1º. Quadrimestre de 2022** (janeiro a abril), bem como análise do orçamento comparando 2021 e 2022.

1 - QUADRO I - COMPARATIVO DAS METAS BIMETRAIS DE ARRECADAÇÃO

Artigo 13 da Lei Complementar 101/2000

Em R\$

BIMESTRE	META DE ARRECADAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
1º.	5.460.000,00	9.046.924,97	3.586.924,97
2º	6.547.000,00	7.963.226,81	1.416.226,81
3º.	6.847.000,00	0,00	0,00
4º.	7.944.000,00	0,00	0,00
5º.	6.355.000,00	0,00	0,00
6º.	8.793.000,00	0,00	0,00
TOTAL	41.946.000,00	17.010.151,78	5.003.151,78

1.1– Execução Orçamentária

A execução orçamentária apresentada pela **Tabela I** foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, receitas executadas e das despesas liquidadas em valores acumulados no **PRIMEIRO Quadrimestre do exercício 2022**. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução do mesmo período de 2021.

Tabela I - Execução Orçamentária – Janeiro a Abril - 2021 e 2022

Em R\$

Receitas	Janeiro a Abril 2021			Janeiro a Abril 2022		
	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	36.840.000,00	10.776.397,70	29,25%	41.686.000,00	15.150.151,78	36,34%
Receitas de Capital	160.000,00	0,00	0,00%	260.000,00	1.860.000,00	615,38%
Total Receita	37.000.000,00	10.776.397,70	29,13%	41.946.000,00	17.010.151,78	40,55%

Em R\$

Despesas	Janeiro a Abril 2021			Janeiro a Abril 2022		
	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	35.095.100,00	8.908.689,20	25,38%	37.796.000,00	12.039.366,49	31,85%
Despesa de Capital	1.864.900,00	166.236,61	8,91%	4.110.000,00	1.639.393,29	39,89%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	
Total Despesa	37.000.000,00	9.074.925,81	24,53%	41.946.000,00	13.678.759,78	32,61%
Resultado		+1.701.471,89			+3.331.392,00	

A arrecadação do Primeiro Quadrimestre de 2022 alcançou 40,55% da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa no mesmo período alcançou um índice de 32,61% da despesa inicialmente fixada.

Tabela II

1.2 Índice de Execução da Receita de janeiro a abril e composição da receita arrecadada e acumulada.

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA 1º. QUADRIMESTRE DE 2022 (ACUMULADA) Janeiro a Abril			Receita Acumulada no Ano
	1º Quad.	% por origem	% por receita	
RECEITA TRIBUTÁRIA				
IPTU	336.678,76	27,96%		336.678,76
IRRF	254.936,41	21,17%		254.936,41
IRRF S/ OUTROS RENDIMENTOS	18.813,12	1,56%		18.813,12
ITBI	152.003,14	12,62%		152.003,14
ISSQN	347.518,84	28,86%		347.518,84
TAXAS	94.238,26	7,83%		94.238,26
TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA	1.204.188,53	100,00%	7,08%	1.204.188,53
RECEITA PATRIMONIAL				
ALUGUÉIS	3.544,08	0,91%		3.544,08
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	364.825,94	93,34%		364.825,94
CESSÃO DO DIREITO OPERACIONALIZAÇÃO FOLHA	22.487,48	5,75%		22.487,48
TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	390.857,50	100,00%	2,30%	390.857,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
COTA PARTE - FPM	4.838.573,51	35,93%		4.838.573,51
COTA PARTE - FPM 1% Julho 2021	0,00	0,00%		0,00
COTA PARTE - FPM 1% Dezembro 2021	0,00	0,00%		0,00
COTA PARTE - ITR	171.716,29	1,28%		171.716,29
TRANSF. RECURSOS SUS -FF- Atenção Primária	374.452,97	2,78%		374.452,97
TRANSF.REC. SUS BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE	36.359,24	0,27%		36.359,24
TRANSF. SUS ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	13.646,72	0,10%		13.646,72
OUTRAS TRANSF. RECURSOS SISTEMA SUS	24.124,08	0,18%		24.124,08
SALÁRIO EDUCAÇÃO - QESE	80.330,36	0,60%		80.330,36
TRANSFERÊNCIA PROGRAMA NACIONAL PNAE	17.866,80	0,13%		17.866,80
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNATE	0,00	0,00%		0,00
TRANSF. FUNDO NACIONAL ASSIST. SOCIAL FNAS	16.205,12	0,12%		16.205,12
TRANSF. CONVÊNIO UNIÃO ASSIST. SOCIAL	9.069,78	0,07%		9.069,78
OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	160.378,03	1,19%		160.378,03
COTA PARTE ICMS	7.745.857,45	57,52%		7.745.857,45
COTA PARTE IPVA	650.049,39	4,83%		650.049,39
COTA PARTE IPI	97.585,97	0,72%		97.585,97
COTA PARTE CIDE	5.678,94	0,04%		5.678,94
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFRH	214.344,21	1,59%		214.344,21
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFEM	55.777,17	0,41%		55.777,17
TRANSF. REC. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	211.804,93	1,57%		211.804,93
TRANSF. CONVENIOS ESTADOS PROG. EDUCAÇÃO	11.596,82	0,09%		11.596,82
TRANSF. ESTADOS DESTINADAS A ASSIST. SOCIAL	14.884,80	0,11%		14.884,80
FUNDEB	1.416.833,83	10,52%		1.416.833,83
REDUTORA DO FUNDEB	-2.700.755,89	-20,06%		-2.700.755,89
TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.466.380,52	100,00%	79,17%	13.466.380,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUD.	0,00	0,00%		0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	56.898,10	64,13%		56.898,10
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	31.827,13	35,87%		31.827,13
TOTAL OUTRAS RECEITAS CORRENTES	88.725,23	100,00%	0,52%	88.725,23
TOTAL GERAL DAS RECEITAS CORRENTES	15.150.151,78		89,07%	15.150.151,78
RECEITA DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - IMÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO				
OUTRAS TRANSF. CONVÊNIO DA UNIÃO	0,00	0,00%		0,00
TRANSF. ESTADOS D.F. E DE SUAS ENTIDADES				
TRANSF. ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO VANS	1.060.000,00	56,99%		1.060.000,00
TRANSF. ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO EQUIP.	500.000,00			500.000,00
OUTRAS TRANSF. DOS ESTADOS BRUMADINHO	300.000,00	16,13%		300.000,00
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	1.860.000,00	100,00%	10,93%	1.860.000,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	17.010.151,78		100,00%	17.010.151,78

As receitas do Município são representadas pelas receitas tributárias (impostos e taxas municipais), que correspondem a 7,08% do total das receitas arrecadadas, sendo que destas se destacaram neste quadrimestre com maior índice de pontos percentuais o IPTU, IRRF e ISSQN, as receitas patrimoniais que neste período representam 2,30% do total arrecadado; as transferências correntes que juntas representam 79,17% do total arrecadado, sendo que destas se destacam com maior índice o FPM, ICMS e FUNDEB; as outras receitas correntes que totalizaram 0,52% do total arrecadado. A receita de capital no primeiro quadrimestre representou 10,93% do total arrecadado.

1.3- Índices de Execução da Despesa

Tabela III – Despesas por Função de Governo – 1º. Quadrimestre 2022 e valor acumulado até este período.

FUNÇÃO	1º. Quadrimestre Janeiro a Abril 2022	% Quadrimestre	Execução Acumulada no Ano 2022
Legislativa	547.081,05	4,00%	547.081,05
Judiciária	520.522,35	3,81%	520.522,35
Administração	3.539.396,80	25,88%	3.539.396,80
Segurança Pública	57.052,50	0,42%	57.052,50
Assistência Social	409.425,57	2,99%	409.425,57
Saúde	3.910.360,38	28,59%	3.910.360,38
Educação	2.842.864,52	20,78%	2.842.864,52
Cultura	56.952,58	0,42%	56.952,58
Urbanismo	1.481.759,55	10,83%	1.481.759,55
Gestão Ambiental	31.790,15	0,23%	31.790,15
Agricultura	119.783,86	0,88%	119.783,86
Comércio e Serviços	112,50	0,00%	112,50
Transporte	155.337,92	1,14%	155.337,92
Desporto e Lazer	6.320,05	0,05%	6.320,05
TOTAL GERAL	13.678.759,78	100,00%	13.678.759,78

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a aplicação na manutenção dos gastos públicos nas áreas acima demonstradas. As funções que o governo aplicou mais recursos em relação ao total executado foram Administrativa (25,88%), Saúde (28,59%), Educação (20,78%) e Urbanismo (10,83%).

Tabela IV – Demonstrativo da Execução da Despesa por Elemento e Categoria Econômica no 1º. Quadrimestre de 2022.

DESCRIÇÃO DA DESPESA	ATUALIZADA P/ 2022	EXECUTADA - Janeiro a Abril 2022	% por Elemento da Despesa	% p/ Categ. Econômica	% em relação a Despesa atualizada	EXECUTADA ACUMULADA NO ANO 2022
DEPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.021.927,35	6.440.113,62	53,49%		35,73%	6.440.113,62
Aposentadorias e reformas	40.000,00	9.696,00	0,08%		24,24%	9.696,00
Pensões	40.000,00	11.567,88	0,10%		28,92%	11.567,88
Contrato p/ tempo determinado	1.992.400,00	691.293,47	5,74%		34,70%	691.293,47
Vencimentos e Vantag. Pessoal civil	12.305.352,35	4.546.235,53	37,76%		36,95%	4.546.235,53
Obrigações patronais	3.219.775,00	1.096.089,87	9,10%		34,04%	1.096.089,87
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	30.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	394.400,00	85.230,87	0,71%		21,61%	85.230,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.732.369,78	5.599.252,87	46,51%		25,76%	5.599.252,87
Juros sobre a Dívida por Contrato	2.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Contribuições	239.120,00	63.131,24	0,52%		26,40%	63.131,24
Subvenções Sociais	1.272.000,00	407.611,44	3,39%		32,04%	407.611,44
Rateio participação em consórcio	9.722,00	3.240,40	0,03%		33,33%	3.240,40
Contratação por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Diária Pessoal Civil	183.990,00	28.375,00	0,24%		15,42%	28.375,00
Auxílio Financeiro ao Estudante	931.000,00	183.041,25	1,52%		19,66%	183.041,25
Material de Consumo	2.970.538,00	730.273,25	6,07%		24,58%	730.273,25
Material Bem ou Serv. Distribuição gratuita	977.500,00	455.970,36	3,79%		46,65%	455.970,36
Passagem e Despesas com locomoção	88.600,00	6.980,62	0,06%		7,88%	6.980,62
Serviço de Consultoria	120.000,00	14.800,00	0,12%		12,33%	14.800,00
Outros Serv.Terceiros de Pessoa Física	1.497.725,00	249.929,81	2,08%		16,69%	249.929,81
Outros serv.Terceiros de Pessoa Jurídica	9.967.669,78	2.284.799,47	18,98%		22,92%	2.284.799,47
Serviço Tecnol. Informação e Comunicação	490.000,00	127.496,96	1,06%		26,02%	127.496,96
Auxílio Alimentação	2.120.000,00	692.987,44	5,76%		32,69%	692.987,44
Obrigações Tributárias e Contributivas	331.200,00	109.183,95	0,91%		32,97%	109.183,95
Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas	126.600,00	35.392,23	0,29%		27,96%	35.392,23
Sentenças Judiciais	80.000,00	42.766,21	0,36%		53,46%	42.766,21
Despesas de Exercícios Anteriores	169.355,00	91.818,30	0,76%		54,22%	91.818,30
Indenizações e Restituições	140.350,00	71.454,94	0,59%		50,91%	71.454,94
TOTAL DESPESAS CORRENTES	39.754.297,13	12.039.366,49	100,00%	88,02%	30,28%	12.039.366,49
DESPESAS DE CAPITAL						
Material de Consumo	296.085,00	24.188,77	1,48%		8,17%	24.188,77
Outros Serv. Terceiros PF	25.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Outros Serv. Terceiros PJ	148.123,22	62.557,56	3,82%		42,23%	62.557,56
Obras e Instalações	3.975.694,97	611.146,11	37,28%		15,37%	611.146,11
Equip. e Material Permanente	1.906.343,35	432.096,90	26,36%		22,67%	432.096,90
Aquisição de Imóveis	292.339,42	60.029,42	3,66%		20,53%	60.029,42
Principal da Dívida Contratual Resgatado	200.000,00	56.653,63	3,46%		28,33%	56.653,63
Sentenças Judiciais (precatórios)	400.000,00	392.720,90	23,96%		98,18%	392.720,90
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	7.243.585,96	1.639.393,29	100,00%	11,98%	22,63%	1.639.393,29
Reserva de Contingência	40.000,00	0,00				0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	47.037.883,09	13.678.759,78		100,00%	29,08%	13.678.759,78

A **tabela IV** acima mostra a variação em percentuais da despesa executada no **Primeiro Quadrimestre de 2022**, com ênfase nas principais aplicações em relação ao total executado, bem como o índice realizado em relação ao orçamento atualizado.

1.4 - Aplicações Constitucionais no setor de Educação.

Tabela V - EDUCAÇÃO

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006.

Lei 9.394/96

IN TCE/MG – IN 05/2012 – 002-2021- 002/2022

Acumulado até Abril	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2022	14.613.732,88	3.653.433,22	3.812.723,70	26,09%

Conforme podem ser observados os gastos empenhados com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de abril/2022 foram de 26,09% (por cento) da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais.

Até o 1º. Quadrimestre 2022 de cada R\$ 100,00 oriundos de arrecadação de impostos e transferências constitucionais **R\$ 26,09** foram aplicados na manutenção das ações de ensino.

1.5 – Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – (CR, Art. 212A, ADCT, Art. 60) c/c EC 108/2020.

Lei nº. 14.113/2020 (novo Fundeb) e Lei nº. 14.276/2021

IN TCE/MG 005/2012 - 002/2021 – 002/2022

Tabela VI – FUNDEB

Saldo disponível em 31/12/2021	R\$ 6.883,12
TÍTULOS	VALOR acumulado até Abril/2022
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	R\$ 1.421.533,21
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (B)	R\$ 1.340.969,12
DEPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (C)	R\$ 1.222.583,10
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 30/04/2022	R\$ 87.447,21
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO 70% , art.. 26, Lei 14.113/2020 (C/A)	85,59%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício com recursos do FUNDEB atingiram o limite de **85,59%** (por cento) da receita arrecadada. De acordo com o comando do art. 26 da Lei 14.113/2020, proporção não inferior a 70% dos recursos anuais totais dos Fundos (*art. 1º.*), será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Frisa-se que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais da educação básica em efetivo exercício de suas atividades nas redes de ensino. De acordo com o inciso II, §1º., artigo 26

da Lei 14.113/2020, incluído pela Lei 14.276/2021, considera-se profissionais da educação básica: *docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica;* [\(Redação dada pela Lei nº 14.276, de 2021\)](#)

**1.6 - Tabela VII – SAÚDE – Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.
Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e art. 7º. da Lei 141/2012.
IN TCE/MG 008/2011 e IN 005/2012**

Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde.

TÍTULOS	VALOR acumulado até Abril/2022
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	14.613.732,88
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (B)	2.976.573,78
VALOR MÍNIMO A APLICAR (C)	2.192.059,932
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE (B/A)	20,37%

Até o 1º quadrimestre de 2022, o Município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde 20,37% (por cento) das receitas de impostos e transferências constitucionais.

De cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências **R\$ 20,37** foram gastos com a manutenção das ações dos serviços públicos de saúde.

1.7 - DOS RESTOS A PAGAR

Tabela VIII – Restos a pagar processados referentes ao Exercício 2021.

RESTO A PAGAR DE 2021 (empenhos liquidados)	PAGO em 2022 referente a 2021	Valor cancelado de 2021	VALOR A PAGAR DE 2021
67.187,25	44.054,51	0,00	23.132,74

A Prefeitura em 31 de Dezembro de 2021 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 67.187,25, os quais foram pagos até 30 de abril de 2022 o montante de R\$ 44.054,51. Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

1.8 – Controle de Gastos com Pessoal

Tabela IX

Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida, (mês de referência Abril de 2022).

Artigo 2º., parágrafo 3º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência ABRIL/2022	%
Impostos, Taxas e Contribuições (tributária)	5.138.843,39	11,93%
Receita Patrimonial	731.022,28	1,69%
Transferências Correntes	44.694.422,98	103,78%
Outras Receitas Correntes	179.873,76	0,42%
(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB	-7.000.690,62	-16,25%
(-) Exclusão Emendas individuais e de bancada arts. 166A e 166 CR	-680.000,00	-1,57%
Receita Corrente Líquida	43.063.471,79	100,00%

Tabela X – Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - Executivo.

Artigo 18, parágrafo 2º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES DO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	ABRIL 2022	43.063.471,79
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		17.442.876,73
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		40,51%

A tabela X acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **40,51%** da receita corrente líquida arrecadada, abaixo do limite prudencial previsto no parágrafo único do art. 22, e abaixo do limite legal máximo (**54%**), conforme artigo 19 c/c com o artigo 20 da Lei LRF 101/2000.

NOTA: Conforme os valores apurados acima verifica-se que neste período em análise (Abril/2022 e 1º. quadrimestre/2022), o dispêndio com pessoal encontra-se com percentual dentro dos parâmetros (*ditames art. 22*), estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000.

Alerta da Controladoria: se a despesa com pessoal exceder 95% (51,30% Limite Prudencial) do limite máximo para o Poder Executivo (54% art. 20, III, b), deverão ser observadas as vedações dispostas no artigo 22 c/c 23 da Lei 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.9 – Demonstrativos das Receitas, Despesas e Saldo Financeiro no Primeiro Quadrimestre do exercício 2022.

Tabela XI DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA e SALDO FINANCEIRO – Consolidado:

EXERCÍCIO 2022	RECEITAS REALIZADA		TOTAL	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL	Diferença	SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2021	ENTRADAS Total 2022	RETIRADAS Total 2022	SALDO DISPONÍVEL EM 30/04/2022
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	RECEITAS	ORÇAMENTÁRIAS	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS					
1º. Quad.	17.010.151,78	1.752.783,27	18.762.935,05	13.176.652,21	3.627.671,65	16.804.323,86	1.958.611,19	11.986.244,69	35.574.153,16	33.615.541,97	13.944.855,88

Tabela XII - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 30.04.2022

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	5.550.190,75
Banco conta movimento - Câmara	312.270,12
Banco contas vinculadas - Prefeitura	8.082.395,01
Saldo disponível em 30.04.2022	13.944.855,88

Tabela XIII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR EM 30.04.2022

RESTOS A PAGAR	VALOR R\$
Restos a pagar PROCESSADOS - PREFEITURA	502.100,57
Restos a pagar PROCESSADOS - CÂMARA	7,00
Total restos a pagar em 30.04.2022	502.107,57

1.10 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO INCISO I, ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE ANUAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

Tabela XIV – ACOMPANHAMENTO DO REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO 2022	2.570.980,81
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	36.728.297,34
% REPASSE	7%

Receita Tributária + Transferências

Os repasses que serão efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício 2022, corresponderão a 7% da Arrecadação do Município no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. A estimativa mensal de repasse é de **R\$ 214.248,40**. Até o dia 20 do mês de **Abril** foram repassados o montante total de **R\$ 856.993,61**, observando assim o disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna.

CONCLUSÃO

Acompanhamos os trabalhos dos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais no Primeiro Quadrimestre do exercício de 2022, elaboramos o nosso relatório quadrimestral dando maior ênfase a aspectos e informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, porém, destacamos que: a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à administração, nos termos da Constituição da República, arts. 31 e 74; destacamos que o Controle Interno não é uma pessoa, e sim um Sistema em que todos são responsáveis, cada um

dentro das suas especificações, atribuições e área de atuação; a responsabilidade no controle de cada Setor segue hierarquicamente cada responsável ou chefia e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; a responsabilidade do Sistema de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos servidores encarregados de cada setor, no que se refere à observância dos princípios de Controle Interno, tendo por objetivo possuir ações preventivas antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o artigo 37, seus incisos e parágrafos. A função da Controladoria é acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter **sugestivo, preventivo ou corretivamente**, as ações a serem desempenhadas, zelando pela boa governança e pela redução dos riscos.

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno de Conquista foi criado pela Lei Municipal 1022/2011, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise **(janeiro a abril) 2022**, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja o acompanhamento da apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais.

Com estas breves considerações a Controladoria Geral do Município de Conquista Estado de Minas Gerais, espera contribuir para a leitura dos demonstrativos que compõe as Prestações de Contas da Gestão Municipal, oferecendo maior transparência às finanças municipais, e cumpre a legislação vigente Artigo 180 da Lei Orgânica Municipal e no § 4º. Artigo 9º. da LRF 101/2000, bem como para avaliação por parte do Poder Legislativo e, principalmente, do cidadão.

Por fim, ressalta-se que a Audiência Pública de metas fiscais é mecanismo legal decorrente do princípio da publicidade, visando sem dúvidas a trazer ao conhecimento da sociedade a forma como o Poder Executivo está gerindo o dinheiro público.

É instrumento que atende, especialmente, aos princípios do estado democrático de direito.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 73. *A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.*

Data base das informações: **30.04.2022.**

Realização:

Ângelo Tizo Roncolato Junior
Controle Interno

Conquista, 30 de maio **2022.**

Angela Cristina Aleixo
Contabilidade

Danylowa Caribe Ferraz
Secretaria Municipal de Fazenda

Gabriela Pertile Felipe Galis
Contabilidade

Lorena Guarato de Oliveira
Contabilidade

Paulo Assunção Valentino Filho
Tesouraria

Véra Lúcia Guardieiro
Prefeita Municipal

"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento."